

PROJETO DE LEI Nº , DE 2018

(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)

Dispõe sobre a  
OBRIGATORIEDADE da substituição de  
alimentos não saudáveis nas escolas de  
educação infantil e do ensino fundamental  
dos setores público e privado.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os estabelecimentos de educação básica, públicos e privados, ficam obrigados a substituir em suas dependências os alimentos não saudáveis por alimentos saudáveis, de acordo com os critérios definidos pelas autoridades sanitárias locais.

§ 1º. Os alimentos saudáveis e não saudáveis serão definidos pelos critérios das autoridades sanitárias.

§ 2º. O cardápio oferecido nas escolas será elaborado por nutricionista, com base nos critérios referidos no caput.

Art. 2º Os estabelecimentos mencionados no art. 1º não poderão, sob qualquer pretexto, oferecer nem permitir que se faça propaganda de alimentos não saudáveis em suas dependências.

Art. 3º Os estabelecimentos infratores estarão sujeitos às penas previstas na Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O avanço da percentagem de pessoas acometidas pela obesidade infanto-juvenil em nosso país é de amplo conhecimento da população e de especialistas. Portanto, há a crescente incidência de doenças como diabetes e hipertensão, outrora

típica de idades mais avançadas, mas também o aumento da ocorrência de cáries e disfunções do aparelho gastrointestinal.

Segundo estudos, uma das razões mais manifestas desta indesejável conjuntura é a modificação dos modelos alimentares e de recreação da população jovem.

O consumo de guloseimas, refrigerantes, frituras e outros produtos calóricos não nutritivos, preparados com conservantes, tem sido um fator determinante responsável pelas doenças precoces e outras insuficiências enfrentadas pela população infanto-juvenil.

Além disso, por causa da insegurança e por falta de alternativas, muitas crianças e jovens deixaram de brincar e praticar esportes nas ruas e locais públicos, também com graves consequências para a sua saúde.

Diante deste quadro, a escola não pode se eximir e se isentar de responsabilidade. Pelo menos durante o tempo em que estão na escola, nossas crianças e jovens devem estar livres da pressão e tentação de consumo de produtos inadequados ao seu desenvolvimento saudável.

O que precisa é serem motivados e conscientizados a consumirem produtos mais saudáveis.

A alimentação equilibrada e balanceada é um dos fatores fundamentais para o bom desenvolvimento físico, psíquico e social das crianças.

As redes de ensino e cada escola, como parte de sua missão de formação geral do aluno, devem desenvolver atividades para mobilização e conscientização dos alunos em favor de sua saúde.

Devem também, estabelecer as normas para que as cantinas escolares cumpram seu papel educativo e não sejam apenas estabelecimentos comerciais que se beneficiam do monopólio que possuem de vender o que quiserem a uma clientela passiva, inexperiente e sem alternativas.

Por todo o exposto, contamos com o apoio dos Nobres Pares desta Casa para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões,

em de NOVEMBRO de 2018.

**Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM**